



Índice

- 01** Amazônia: terras indígenas ganham planos de gestão territorial e ambiental
- 02** BNDES aprova R\$ 15,7 milhões do Fundo Amazônia para combate ao desmatamento em terras indígena
- 03** Cemitério indígena faz governo projetar contorno e índios ameaçam cobrar pedágio.
- 04** Marco indígena
- 05** Comissão Nacional da Verdade irá ouvir indígenas de MS pela 3ª vez
- 06** Urnas nas aldeias estimulam maior participação de eleitores indígenas
- 07** Polícia Militar vai atuar pela primeira vez em aldeias indígenas
- 08** ICMBio participa de festa tradicional do povo indígena
- 09** APARECIDA DE GOIÂNIA: Casas para os quilombolas de Aparecida estão quase prontas
- 10** Pajé de índios Karibokas fala sobre a zona leste, sua terra natal
- 11** Povo Assurini é tema de exposição permanente no Mangal
- 12** Escolas públicas vão participar do Dia da Consciência Negra
- 13** Empresa aposta em trabalho indígena para brindes comerciais
- 14** Cultura indígena é tema de oficinas e palestras nas escolas municipais de Lorena
- 15** Prefeito inaugura sede da Secretaria dos Jogos Indígenas e apresenta símbolos



- 16** Portaria cria primeira escola de ensino médio indígena do Estado
- 17** Fiscalização em terra indígena no Pará desmonta garimpo ilegal de ouro
- 18** Museu Ciência e Vida abre exposição sobre astronomia indígena
- 19** Boletim Mundo: Lideranças Guarani Kaiowá pedem nulidade de decisão que os impedem de ocupar território tradicional
- 20** Mulheres indígenas contam sua história em livro
- 21** Dom Tomás no ritual dos índios Krahô
- 22** Mulheres indígenas criam cooperativa de produção de sabão para aumentar renda
- 23** Indígenas de Amambai se tornam empreendedoras após qualificação do Senar
- 24** Terras indígenas da Amazônia terão R\$ 15 milhões para implantar planos de gestão
- 25** UFSCar recebe inscrições para processo seletivo de estudantes indígenas nos cursos de graduação presenciais
- 26** Delcídio irá levar infraestrutura para todas as aldeias indígenas do Estado
- 27** Índios liberam bloqueio com alterações no trânsito sobre a ponte do rio Juruena
- 28** Quilombolas querem eleger representante para atender reivindicações da comunidade
- 29** Comunidades dos Gerais e Veredas do Município de Januária Norte de Minas, retomam território de seus Ancestrais
- 30** CPT de Sobral participou do 15º Encontro Estadual das Comunidades Rurais Quilombolas do Ceará



Boletim de Notícias - Edição nº 177/ 2014

Brasília, 03 de outubro de 2014.

31 [Índio é Nós e as eleições de 2014](#)



Amazônia: terras indígenas ganham planos de gestão territorial e ambiental
SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 02.10.2014

Projeto objetiva a implementação dos planos de gestão territorial e ambiental sustentável de seis terras indígenas (TIs) nos dois estados amazônicos

Agência Brasil

Publicação: 02/10/2014 18:20 Atualização:

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciou nesta quinta-feira (2/10) a aprovação de apoio financeiro de R\$ 15,7 milhões, com recursos do Fundo Amazônia, para projeto do Instituto de Conservação Ambiental do Brasil (TNC, na sigla em inglês para The Nature Conservancy), nos estados do Pará e do Amapá.

O projeto objetiva a implementação dos planos de gestão territorial e ambiental sustentável de seis terras indígenas (TIs) nos dois estados amazônicos. "Cada uma dessas terras vai desenvolver planos de gestão territorial. Esses planos têm ações de proteção territorial, ações de manejo e uso sustentável de recursos e ações de fortalecimento de capacidades indígenas", disse à Agência Brasil o coordenador da Estratégia de Conservação em Terras Indígenas do TNC do Brasil, Hécio Souza.

O projeto vai apoiar o desenvolvimento, mas sobretudo a implementação dos planos de gestão territorial pelas organizações e conselhos de caciques indígenas, acrescentou. Segundo informou a assessoria de imprensa do BNDES, os recursos contribuirão também para controlar o desmatamento na região. Serão beneficiados cerca de 8,8 mil índios.

Há dois anos o governo selecionou 32 terras indígenas de todo o país para serem referência da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas. Agora, o TNC do Brasil contempla as primeiras áreas a serem efetivamente beneficiadas. Hécio Souza diz que o projeto vai ajudar a viabilizar a gestão das seis TIs, e a experiência será replicada país afora.

Terras indígenas são áreas protegidas, delimitadas devido ao reconhecimento da ocupação tradicional de um ou mais povos. De acordo com o BNDES, as TIs têm se mostrado eficazes como barreira ao avanço do desmatamento na região amazônica. O financiamento para o TNC do Brasil está em fase de contratação. Souza acredita que a primeira liberação de recursos poderá ocorrer entre dezembro e janeiro, "para entrar o próximo ano em franca implementação".

Hécio Souza disse que o projeto do TNC do Brasil foi apresentado ao Fundo Amazônia no final de 2012, antes do lançamento de edital para elaboração e implementação de planos de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas no bioma Amazônia, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e a Fundação Nacional do Índio (Funai).

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 177/ 2014

Brasília, 03 de outubro de 2014.

“Teve longo processo de discussão e amadurecimento com o Fundo Amazônia”, disse ele, e salientou que o processo de análise do projeto serviu, inclusive, de referência para ajudar a construir essa chamada pública, que receberá propostas até 21 de novembro próximo.

O Fundo Amazônia contabiliza 60 projetos aprovados, no montante de R\$ 904 milhões. Ele foi criado pelo governo brasileiro, em 2008, com o objetivo de apoiar iniciativas voltadas para prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, além de atividades de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas amazônicas.



BNDES aprova R\$ 15,7 milhões do Fundo Amazônia para combate ao desmatamento em terras indígena

SÍTIO BNDES, 02.10.2014

- Recursos destinam-se ao Instituto de Conservação Ambiental - The Nature Conservancy do Brasil (TNC) para ações no Pará e Amapá

O Fundo Amazônia, administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), aprovou apoio de R\$ 15,7 milhões para um projeto de gestão territorial e ambiental sustentável de seis terras indígenas nos estados do Pará e Amapá.

Os recursos serão destinados ao Instituto de Conservação Ambiental - The Nature Conservancy do Brasil (TNC), responsável pelo projeto, e contribuirão para o controle do desmatamento na região, beneficiando cerca de 8,8 mil indígenas.

As ações do projeto estão voltadas para a elaboração e a implementação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, instrumento importante para a execução da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), do Governo Federal. O projeto abrange, ainda, o fortalecimento institucional das organizações indígenas da região.

As Terras Indígenas (TI) são áreas protegidas, delimitadas em razão do reconhecimento da ocupação tradicional de um ou mais povos. Na Amazônia Legal, existem mais de 400 TIs, abrangendo 22% da região. Apesar da demarcação, não estão livres das pressões relacionadas ao desmatamento e à degradação florestal. Ainda assim, as TIs têm se mostrado eficazes como barreira ao avanço do desmatamento na região.

Chamada Pública – O projeto do TNC foi apresentado ao Fundo Amazônia antes do lançamento, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), em maio deste ano, de chamada pública para elaboração e implementação de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) em Terras Indígenas no Bioma Amazônia.

Essa Chamada ainda se encontra aberta, com prazo de envio de propostas até o dia 21 de novembro próximo. Os termos da Chamada Pública estão disponíveis no site do Fundo Amazônia: www.fundoamazonia.gov.br.

Fundo Amazônia – Com 60 projetos aprovados, totalizando R\$ 904 milhões, o Fundo Amazônia foi criado pelo governo brasileiro para apoiar iniciativas voltadas para prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, além de atividades de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas do bioma amazônia.



Cemitério indígena faz governo projetar contorno e índios ameaçam cobrar pedágio.
SÍTIO PONTAL DO ARAGUAIA, 02.10.2014

Fonte: Agência da Notícia com Redação

Os enormes buracos, pontes quebradas e a poeira estão longe de serem os únicos problemas da BR 158, a principal rota do fluxo de produção do Norte Araguaia, a complexidade chegou a um ponto extremo, que hoje a rodovia não tem sequer um traçado definitivo.

O trecho de Bom Jesus do Araguaia a Canabrava do Norte passa dentro da terra indígena Marãiwtsédé, no entanto um erro admitido pela própria Fundação Nacional do Índio (Funai), pois depois do novo traçado da BR 158 pelo Departamento Nacional de Infraestrutura, disse ter encontrado o cemitério dos Xavantes, porém fora da área demarcada, e pede que o projeto seja refeito contornando o cemitério, que hoje é virtual e não demarcado.

Os índios juntamente com a Funai não querem o asfalto, por isso o governo planejou um contorno para atravessar o território, que pode deixar de ser Terra Indígena, já que processos idênticos tem desfeito armadilhas das demarcações pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

O novo percurso de terra, que passa por pequenos municípios da região e amplia a viagem em cerca de 100 quilômetros, foi desenhado pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), que já trabalhava nas etapas finais para iniciar a contratação das obras de pavimentação.

Ocorre que, recentemente, a Fundação Nacional do Índio (Funai) informou ter descoberto um cemitério de índios xavantes na região. A terra sagrada sofreria impacto com o contorno. Por causa disso, o Dnit foi obrigado a abandonar a ideia e, agora, trabalha nos estudos de um outro contorno, o qual amplia ainda mais o traçado, além de cortar áreas de floresta e fazendas.

Indignado, o prefeito de Serra Nova Dourada, Edson Yukio Ogatha, abre um mapa sobre a mesa e mostra o segundo contorno em análise. "Essa proposta é um absurdo. A estrada passaria pelo nosso município, mas agora querem suspender o projeto por conta de supostas terras indígenas que nem se comprovaram. É uma angústia para nós, um desrespeito total com a região.

A Funai confirmou que encontrou um cemitério indígena e aguarda novos planos do Dnit para analisar outro contorno. O Dnit informou que deve entregar os estudos sobre o impacto ambiental do traçado até o fim de setembro.

A notícia tirou o sono dos 50 mil moradores dos seis municípios da região. "Foram cinco anos na espera desse contorno e agora nos chegam com isso? Eles preferem abrir uma estrada do zero, com mais desmatamento, em vez de passar por aqui, onde já tem estrada de terra? Nós
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 177/ 2014

Brasília, 03 de outubro de 2014.

estamos à parte do desenvolvimento, isso não faz sentido”, diz Marcos Roberto Reinert, pequeno produtor na região e ex-prefeito de Serra Nova Dourada.

Para grandes produtores, o ideal seria que a BR-158 continuasse com o seu traçado original, ou seja, passando por dentro da terra indígena, uma situação que já ocorre em outras regiões do País.

É o que espera também o empresário Arnon Araújo dos Santos, dono do posto de gasolina Arnon, instalado no trecho da estrada que deixará de existir. “Vivo nessa região há 40 anos. Essa rodovia é uma luta nossa de sempre, mas nunca vencemos. Agora, querem tirar a estrada daqui e convencer o caminhoneiro de aumentar a viagem. Ninguém vai fazer isso”, diz ele.

O clima entre índios e caminhoneiros, que já não era bom, tem piorado. “Os índios têm ameaçado cobrar pedágio aqui na BR para liberar a passagem, mas não vamos aceitar isso”, reage o caminhoneiro Jesus da Silva Oliveira, usuário frequente da rodovia.



Marco indígena

SÍTIO UNISITE, 02.10.2014

Ricardo defende construção de marco indígena no trevo principal

Para caracterizar a Estância Turística de Tupã, o vereador Ricardo Raymundo defende a construção de um marco com a temática indígena no trevo principal "Jammil Dualibi", que fica na Rodovia SP-294 (Comandante João Ribeiro de Barros). O parlamentar apresentou indicação sugerindo ao Poder Executivo que busque parcerias para realizar este investimento.

O vereador Ricardo acredita que seja necessário resgatar o valor histórico e cultural indígena do município. "O marco seria uma forma de evidenciar os valores indígenas e fixar o tema entre os motoristas que transitam pela Rodovia SP-294. É uma maneira de chamar a atenção", defendeu.

Segundo o vereador Ricardo, não há referência nenhuma ao motivo indígena nas principais vias de acesso de Tupã. "Como Estância Turística é muito importante identificar a cidade com o tema indígena, pois além do nome, temos uma história, um acervo cultural", destacou.

Canteiro central

Em outra indicação, o vereador Ricardo defende a construção de um canteiro central e a duplicação da Rodovia SP-294, entre Iacri e Pompéia. Além do Poder Executivo, o parlamentar encaminhou ofícios solicitando este investimento ao Governo Estadual.

O empenho político sugerido para a construção do canteiro central e duplicação da Rodovia SP-294, entre as cidades de Pompéia e Iacri, segundo o vereador Ricardo, visa dar maior segurança aos motoristas, evitando acidentes frontais, geralmente fatais nesta região.

Outra questão relacionada pelo vereador Ricardo é a melhora do tráfego, principalmente de veículos pesados. "Este trabalho já foi realizado e conquistado pelos municípios de Marília a Pompéia. Devemos impulsionar este trabalho para melhorarmos as condições da principal via de acesso da nossa região", destacou.

Tiago Pettenuci
Assessor de Comunicação



Boletim de Notícias - Edição nº 177/ 2014

Brasília, 03 de outubro de 2014.

Comissão Nacional da Verdade irá ouvir indígenas de MS pela 3ª vez

SÍTIO ITAPORÃ AGORA, 02.10.2014

A 3ª Sessão da Comissão Nacional da Verdade Indígena será realizada em 17 de outubro, na Aldeia Bananal, em Aquidauana, 150 km a oeste da capital, Campo Grande (MS). O evento será realizado das 7h30 às 17h30 e irá ouvir exclusivamente indígenas terena, a segunda maior etnia de Mato Grosso do Sul.

Estarão presentes a psicanalista e membro da CNV Maria Rita Kehl, os procuradores da República Emerson Kalif Siqueira e Marco Antonio Delfino de Almeida, além de indígenas terena de diversas aldeias. O evento é coordenado pelo professor Neimar Machado (UFGD).

Os indígenas irão falar sobre episódios de violência durante a ocupação do estado por colonos, como assassinatos, expulsão de territórios tradicionais e confinamento em pequenas reservas.

A coleta de depoimentos oficiais pela Comissão Nacional da Verdade pode subsidiar futuras ações de indenização coletiva em favor das comunidades indígenas ou outras ações compensatórias.



Urnas nas aldeias estimulam maior participação de eleitores indígenas

SÍTIO DOURADOS AGORA, 02.10.2014

O jovem indígena Bemoro Metuktire, kaiapó da aldeia Capoto, em Mato Grosso, vê com expectativa a chegada das eleições.

Na região, ele e outros índios incorporaram o voto às suas práticas. Nem sempre foi assim, e as distâncias que envolvem muitas terras indígenas explicam parte da ausência nas urnas.

"Antes, a gente tinha dificuldade de sair da aldeia, sair para cidade para votar. Agora tem estrada. Alguns que têm título na cidade têm que ir na cidade. Aqueles que transferiram para cá têm que esperar a urna na aldeia", afirmou Bemoro.

Os índios, como qualquer brasileiro, são obrigados a votar desde que maiores de 18 anos e falantes de português.

Uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de 2011 exige que os índios alfabetizados se inscrevam como eleitores, mas não estão sujeitos ao pagamento de multa pelo atraso no alistamento (Resolução 21.538/03).

Além disso, aqueles que vivem em aldeias segundo costumes e tradições podem não ser obrigados a votar se assim seu povo decidir.

Urnas nas aldeias

Em uma tentativa de incentivar o voto entre os índios, a Justiça Eleitoral tem buscado, cada vez mais, instalar urnas nas aldeias. No Mato Grosso, onde vive Bemoro Metuktire, já são 32 locais de votação em terras indígenas.

"Faz parte da democracia. Assim como todo cidadão tem direito ao voto, o índio está incluído. A gente procura instalar e dar condições para que todos possam votar", disse Salomão Fortaleza, do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do estado.

Não há um dado nacional sobre o número de eleitores indígenas no País. Estima-se que, assim como tem crescido essa população no Brasil, a de eleitores índios também venha aumentando com os anos. Segundo o Censo 2010, do IBGE, os índios somam quase 897 mil brasileiros, 0,47% da população total do País.

Candidatos indígenas

Para algumas lideranças indígenas, a participação na política não se resume apenas ao voto. Segundo o TSE, 0,32% das candidaturas registradas para estas eleições são de concorrentes que se declararam indígenas. Ao todo, são 80 candidatos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 177/ 2014

Brasília, 03 de outubro de 2014.

Ricardo Verдум, da Comissão de Assuntos Indígenas da Associação Brasileira de Antropologia, alerta que não se pode dizer que índios votam necessariamente em índios.

Na avaliação de Verдум, no entanto, o registro das candidaturas indígenas indica que as lideranças do setor estão procurando dar um passo a mais na representatividade dos interesses de índios nas diferentes esferas políticas.

"Já existem lideranças que têm atuado nessa interlocução com os vários ministérios, com o Estado brasileiro de modo geral.

Estão vendo essa necessidade, a importância de ter pessoas no Congresso Nacional que repercutam as suas propostas. Hoje eles têm que ser mediados por algum deputado ou na Comissão de Legislação Participativa", disse Ricardo Verдум.

Segundo o TSE, o Amazonas é o estado com maior número de candidaturas indígenas, seguido por São Paulo, Mato Grosso do Sul, Pará e Roraima.

A maior parte dos candidatos índios, 45, possui ensino superior completo ou não terminou a graduação. Apenas um declarou o menor nível de escolaridade requerida, que é saber ler e escrever.

(Agência Câmara Notícias)



Polícia Militar vai atuar pela primeira vez em aldeias indígenas

SÍTIO O PROGRESSO, 02.10.2014

(PALMAS-TO) - a Polícia Militar apresentou na manhã dessa terça-feira, 30, o plano de ação para as eleições 2014. A novidade deste pleito é que a corporação deve atuar também nas aldeias indígenas, locais que anteriormente eram cobertos pelo exército. O efetivo total será de 1.964 policiais militares, que estarão espalhados pelos 139 municípios do estado.

Em relação à responsabilidade de promover a segurança nas aldeias indígenas, o coronel Messias Lopes destacou algumas medidas de segurança, devido o primeiro contato da corporação com os índios. "O cuidado, primeiro, é sempre ter a mobilidade da tropa, e, segundo, colocamos uma equipe um pouco maior, porque são pessoas imprevisíveis", avaliou o policial, porém, ponderou: "Temos percebido, através de visitas, que a receptividade tem sido boa". De acordo com a PM, a Fundação Nacional do Índio (Funai) já sinalizou cooperação.

O comandante-geral da Polícia Militar, coronel Luíz Cláudio Gonçalves Benício, destacou o compromisso da corporação com o processo eleitoral. "A Polícia Militar está totalmente focada no intuito de proporcionar à comunidade, aos eleitores e aos candidatos uma eleição totalmente segura. Estamos comprometidos com um resultado positivo. Espero que voltemos ao expediente com a consciência do dever cumprido", afirmou.

Coronel Benício citou que nas eleições de 2010 houve problemas na corporação, quando policiais estariam envolvidos diretamente no processo em atos "lesivos à Legislação Eleitoral". O comandante, porém, frisou que, em 2014, não houve qualquer ocorrência. "Em 2010, basicamente 10, 15 dias antes [da eleição], já tínhamos problemas a serem contornados, hoje [terça-feira], faltando quatro dias, está dentro da normalidade. Muito melhor do que a gente imaginava", disse o militar, que acrescentou: "Eleição é um ato democrático e o comandante não pode influenciar sua tropa, e muito menos se dar ao descaso de chacoalhar bandeira na rotatória".

Organização

O gerenciamento do efetivo está dividido de forma geral em dois grandes grupos. O Comando do Policiamento da Capital (CPC) cobrirá 259 locais de votação em 39 cidades com 670 policiais militares. O Comando do Policiamento do Interior (CPC) será responsável pela segurança de 908 locais de votação em 101 cidades. O efetivo do CPC é de 1.294 homens.

O transporte dos policiais militares aos locais de atuação terá início na sexta-feira, 3, e todos deverão estar em serviço no sábado, 4, um dia antes da eleição. A apuração do resultado será feito no Cartório da 29ª Zona Eleitoral, na Capital, e a divulgação, em Palmas, será no Espaço Cultural.

A Polícia Militar atuará junto com a Justiça Eleitoral, Ministério Público Federal e Estadual, Polícia Federal, Polícia Civil – que realizará plantões nas delegacias –, Corpo de Bombeiros,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 177/ 2014

Brasília, 03 de outubro de 2014.

Guarda Municipal de Palmas, Agência de Trânsito e Transportes e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), devido aos indicadores de acidentes de trânsito.

Conforme informou o coronel Messias, a conduta dos policiais militares é regida pelo Artigo 144, § 5 da Constituição Federal, pelo Código Eleitoral e a Lei das Eleições.



ICMBio participa de festa tradicional do povo indígena

SÍTIO ICMBIO, 02.10.2014

Evento marcou início da capacitação em turismo para o povo Yanomami

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) participou no mês de agosto da Reahu, uma grande festa coletiva da cultura do povo indígena Yanomami, onde diversas comunidades se reúnem para celebrar, através de cantos e danças, a memória de um membro da comunidade que já morreu. Durante o evento, os participantes também atualizam a vida social e política da comunidade. O chefe do Parque Nacional do Pico da Neblina (AM), Flávio Bocarde, participou das festividades, junto com o representante da Frente de Proteção Etnoambiental Yanomami e Ye'Kuana (FPEYY/FUNAI), Nicholas dos Santos.

Lideranças tradicionais da Comunidade de Ariabú organizaram durante três semanas os preparativos para as festividades da Reahu, marcando o início da 1ª Etapa de Capacitação em Turismo do Povo Yanomami. As capacitações são uma demanda antiga do povo yanomami, que vê o ecoturismo como uma alternativa de geração de renda. O objetivo é preparar a comunidade para superar possíveis impactos negativos que a atividade possa causar e explorar melhor os resultados positivos. Assim, o ecoturismo será planejado não apenas para gerar renda direta aos yanomami, mas também para criar condições de sustentabilidade financeira para a Associação Yanomami do rio Cauaburis e Afluentes (AYRCA), primeira associação yanomami criada no Brasil e que luta pelos direitos desse povo desde 1999.

Essa é a primeira vez que o ICMBio foi convidado a participar dessa importante festa tradicional da cultura Yanomami. Além das festividades, o ritual também aproximou o Instituto da comunidade local. "Durante a oficina, escolhemos trabalhar com os sonhos do Povo Yanomami por ser essa uma ligação comum entre diferentes culturas, afinal todas as pessoas têm sonhos; agora, o resultado dos mais de cem sonhos registrados na oficina balizará a construção da visão coletiva de futuro das comunidades yanomami. Para mim, enquanto gestor público que enfrentou uma série de situações desafiadoras administrando conflitos históricos existentes na unidade, esse já é um sonho realizado. Ser recebido de braços abertos pelo Povo Yanomami durante sua festa tradicional da Reahu, dançar com eles e vivenciar suas tradições e cultura vivas é um privilégio obtido a partir de muita determinação. Ajudar na construção do Centro de Capacitação do Povo Yanomami é uma honra para o ICMBio, ali construiremos coletivamente o futuro, uma verdadeira oficina de sonhos", afirmou o chefe da Unidade de Conservação (UC), Flávio Bocarde.

Diretrizes de visitação das Unidades de Conservação

Embora o ICMBio possua as diretrizes estabelecidas para o planejamento das atividades de visitação em suas Unidades de Conservação, o turismo em Terras Indígenas ainda necessita de regulamentação apropriada, que está em processo final de discussão pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 177/ 2014

Brasília, 03 de outubro de 2014.

Durante essa primeira etapa foi formada a Comissão de Turismo Yanomami, composta por conhecedores da atividade, lideranças tradicionais de diversas comunidades, membros da AYRCA e presidida pelos conselheiros yanomami do Parque Nacional do Pico da Neblina.

Essa comissão está encarregada de acompanhar o debate sobre turismo junto às instituições, a nível nacional, e realizar o planejamento e monitoramento das atividades que já começam a ser realizadas. Uma das atividades que já está em andamento é a construção do Centro de Capacitação do Povo Yanomami, onde será realizada a próxima etapa de capacitação. A iniciativa é da AYRCA e recebe apoio do ICMBio, FUNAI, Exército e Salesianos.



APARECIDA DE GOIÂNIA: Casas para os quilombolas de Aparecida estão quase prontas

SÍTIO IMPRENSA JÁ, 02.10.2014

O prefeito de Aparecida de Goiânia, Maguito Vilela vistoriou na manhã desta quinta-feira (02) as obras das 73 casas que estão sendo construídas para a comunidade de quilombola do município, na Vila Delfiori. "Uma das prioridades da atual administração é ampliar acesso a moradia digna para todos os aparecidenses. Nosso compromisso é diminuir o déficit habitacional no município e dar mais qualidade de vida às pessoas", pontuou Maguito.

Mais de R\$ 4,3 milhões, provenientes do governo federal, estão sendo investidos na construção das casas. São 73 famílias quilombolas beneficiadas, que atualmente vivem de aluguel. "Temos muito a agradecer ao prefeito Maguito que foi até o Jardim Cascata, quando assumiu a gestão de Aparecida, ver de perto a nossa situação e se comprometeu a ajudar", contou a presidente da Associação Quilombola de Aparecida, Maria Lúcia das Dores Ferreira, que também acompanhou a vistoria.

Segundo o secretário de Habitação, Ronnie Barbosa, as casas seriam entregues em março de 2015, mas como 80% das obras já estão concluídas, a Prefeitura pretende entregar o benefício em dezembro deste ano. "As obras estão em ritmo acelerado e queríamos dar este presente de natal para as famílias. Estamos dependendo apenas da Saneago para antecipar a implantação da rede de água, que também estava prevista para março de 2015. O prefeito já entrou em contato com a Saneago e estamos acertando os últimos detalhes para que a entrega aconteça ainda neste ano", explicou o secretário.



Pajé de índios Karibokas fala sobre a zona leste, sua terra natal

SÍTIO CENTRAL LESTE NOTÍCIAS, 02.10.2014

Pajé Laguna, líder espiritual da aldeia Tupãnae, é um índio Kariboka de 60 anos que nasceu na Cidade Líder, bairro de Itaquera, zona leste. Em entrevista para a CLN, ele conta como foi e ainda é o processo de reconhecimento de suas origens na região leste de São Paulo ao longo dos anos.

A tribo nasceu de uma mistura entre negros, brancos mestiços e seu trabalho nas comunidades acontece a partir da conscientização ecológica, juntamente com a saúde, educação, cultura e bem estar social aos indígenas e menos favorecidos.

Confira a entrevista abaixo:

CLN: Qual a relação que os Karibokas têm com São Miguel Paulista e zona leste em geral?

Pajé: Ainda na minha época, tudo era área de São Miguel, depois é que foi separando a região e os Karibokas estavam na zona leste, entre Itaquera, Guaianases, São Miguel e Suzano.

CLN: Vocês ainda têm interação com bairros da zona leste então. É isso?

Pajé: A primeira região que se interessou na nossa história foi Suzano e depois São Miguel. Normalmente somos chamados para contar a história da região na época dos índios Guaianases. Procuramos manter uma relação com o bairro e esse mês (setembro) fomos convidados para participar do desfile cívico de aniversário de São Miguel.

CLN: Na sua época, quais eram as aldeias indígenas que viviam na região?

Pajé: Tinha aldeias Karibokas, Guaianases, Guaiúnas, Pé Grande, Povo Grande, Curumin, Pataxós e Kaikan. Mas todos os índios que estavam por aqui foram expulsos, assim como nós.

CLN: Conte o que você viu em relação a convivência do índio com o branco.

Pajé: Era muito difícil. Nós não podíamos falar como índios, tínhamos que falar como brancos por causa da escola. Dentro das escolas não se podia falar que era índio, porque a gente passava por diversas "chacotas". E assim fomos perdendo nossa cultura. Por esse motivo nós estamos tentando fazer com que o povo reconheça e conheça a gente. Hoje, a Lei é favorável às etnias indígenas, quilombolas e ciganas, por isso estamos nos unindo mais.

CLN: Hoje você mora em uma aldeia, mas você nasceu em Itaquera e na década de 50. Como era sua casa?

Pajé: Era de tapera, ou como dizem os brancos, casa de "pau a pique" e de barro. Minha família sempre manteve essas tradições e as gerações mais novas estão perdurando nossa cultura também.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 177/ 2014

Brasília, 03 de outubro de 2014.

CLN: Onde estão os Karibokas hoje?

Pajé: Ribeirão Pires, Mauá, Itaquera, A.E. Carvalho, Guaianases, Ferraz de Vasconcelos e Pariquera-Açu.

Laguna e seus irmãos Karibokas fazem apresentações culturais com o lema "O seu lixo pode ser o luxo de alguém menos favorecido" em escolas, creches, reuniões e conferências pelo Estado de São Paulo.

Mais informações:.

Pajé Laguna (Facebook)



Povo Assurini é tema de exposição permanente no Mangal

SÍTIO AGÊNCIA PARÁ DE NOTÍCIAS, 02.10.2014

Awaeté. Gente de verdade no dialeto do povo Assurini. Esta é a proposta da exposição "Awaeté do Xingu", mostrar a verdade e realidade dos índios Assurini, por meio de seu artesanato. A mostra chega ao Parque Zoológico Mangal das Garças nesta quinta-feira, 2, e ficará instalada de forma permanente no Armazém do Tempo, com visitação das 9h às 18h.

Resultado de projeto desenvolvido pela Fundação Ipiranga com os povos indígenas há 15 anos, a exposição tem como base o resgate do hábito de transmissão da produção artesanal Assurini. Suely Menezes, presidente da fundação, conta que a tradição de repassar esta cultura entre gerações havia se perdido na aldeia. "Promovemos oficinas onde os mais velhos da tribo passaram este conhecimento aos mais novos. A ideia é manter a produção e circular o produto desta aldeia, que é a única remanescente desse povo e é formada por cerca de 190 pessoas", conta.

Além de expor aos visitantes e turistas do Mangal a riqueza cultural do povo nativo, a exposição também será espaço para adquirir lembranças e artes da região. "Artigos característicos da cultura indígena, como cerâmicas, cuias, objetos ritualísticos, acessórios e redes estarão à venda no Armazém do Tempo, como uma forma de gerar renda a este povo", explica Suely. A produção artesanal Assurini também inclui objetos com valor agregado, como camisas, chaveiros, canecas e bolsas, todas personalizadas com grafismo indígenas.

A cerimônia de abertura será realizada nesta quinta-feira, 2, a partir das 17h, com apresentação do premiado Salomão Habib e desfile de alguns produtos que compõem a mostra. A entrada é franca.

O povo indígena Assurini do Xingu vive em aldeias à margem direita do Rio Xingu, na terra indígena Koatinemo. A região está ligada ao município de Altamira, onde fica a sede da Fundação Nacional do Índio (Funai), o que lhes garante apoio e proteção. Com população aproximada de 190 pessoas, os índios atuam como agricultores, caçadores, coletores, pescadores e se dedicam à produção material de sua cultura, que envolve o uso de grafismo da pintura corporal à cerâmica, tecidos e outros objetos.

Serviço:

Exposição permanente "Awaeté do Xingu" - Armazém do Tempo – Mangal das Garças

Abertura: Dia 2 de outubro, às 17h, com apresentação de Salomão Habib e desfile de produtos que compõe a mostra

Visitação: de terça-feira a domingo, das 9h às 18h.

Entrada franca

Camila Barros

Organização Social Pará 2000



Escolas públicas vão participar do Dia da Consciência Negra

SÍTIO AQUI ACONTECE, 02.10.2014

Está confirmada a participação de 16 escolas públicas estaduais nas comemorações do dia 20 de novembro, dedicado à Consciência Negra, na Serra da Barriga, em União dos Palmares. A previsão é que 700 crianças participem das comemorações. A articulação é da Secretaria de Estado da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos (Semcdh) que tem, todos os anos, sugerido a participação de estudantes como forma de divulgar Zumbi dos Palmares como um grande herói nacional, na luta pela liberdade.

De acordo com a secretária de Estado da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos, Nadja Lessa, estes estudantes atuarão como multiplicadores da história em suas escolas.

As programações já foram fechadas com povos de matriz africana, quilombolas e capoeiristas, como informou o gerente do Núcleo Afro Quilombola, Jordinelson Bandeira de Santana, e estão previstas apresentações culturais dessas comunidades nas festividades, além de momento de reflexão nas oferendas aos orixás na árvore sagrada e o cortejo das mulheres do axé.

As comunidades remanescentes quilombolas de Alagoas, por determinação do governador Teotonio Vilela Filho, têm recebido atenção especial por meio da Secretaria da Mulher, conforme levantamento realizado pela Superintendência de Direitos Humanos em 66 comunidades existentes, com o objetivo de verificar as necessidades dos povos remanescentes dos quilombos em Alagoas.

Segundo a superintendência de Políticas de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos, Lilian Lamenha Lins, a Gerencia do Núcleo Afro Quilombola, através do projeto Mobilização e Acompanhamento junto às comunidades Quilombolas para o Programa Brasil Quilombola, realizou visitas de campo, em parceria com a Secretaria de Estado da Infra-Estrutura (Seinfra) para mediação de área para o Projeto Habitacional e Social Comunidade Tabacaria, em Palmeira dos Índios.

Foi elaborado também um documento intitulado "Água e Mulher", indicando ações que diminuíssem o grande problema de água potável na maioria das comunidades junto com os técnicos da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

"Um dos grandes problemas nas comunidades é o acesso à água de qualidade. Visitamos comunidades que a única fonte eram açudes com água de péssima qualidade, o que nos deixou bastante preocupadas com a questão da saúde. Como ação emergencial entregamos filtros em todas as comunidades e à todas as famílias, adquiridos com recursos do Fecoep e articulamos melhorias com a Secretaria Estadual de Recursos Hídricos e com a Funasa", disse Nadja Lessa.

por Agência Alagoas



Empresa aposta em trabalho indígena para brindes comerciais

SÍTIO CATRACA LIVRE, 02.10.2014

A população indígena em 2010, segundo o IBGE, era de aproximadamente 870 mil e a manufatura ainda é uma das principais fontes de renda dessas comunidades. Vendo uma oportunidade nesse ramo, a Rede Tekoha criou uma rede de comunidades indígenas empreendedoras, em que negócios têm potencial de mercado.

A empresa nasceu com o objetivo de combater a pobreza por meio da geração de renda sustentável para as comunidades indígenas. Para isso, a organização estabelece redes de comercialização dos produtos para atingir os grandes centros comerciais no Brasil e no exterior.

Atualmente, a Rede Tekoha trabalha com aproximadamente 100 comunidades localizadas em treze estados brasileiros e foca, principalmente, na venda voltada para brindes e presentes corporativos.

De acordo com um dos idealizadores da empresa, Henrique Bussacos, em informações divulgadas no site, um dos fatores que mais encorajam a aproximação dos clientes é a transparência, que para a Tekoha não é somente um princípio, mas uma estratégia de negócio. As comunidades são capacitadas e estruturadas pelos parceiros da rede como, por exemplo, a ArteSol.

Caso uma empresa queira adquirir produtos, é possível escolher a comunidade que deseja trabalhar e até customizar seu produto. O orçamento mínimo é de 50 peças e a data de entrega é de 20 dias úteis após a confirmação do pagamento. Caso você queria adquirir somente uma peça, a Tekoha possui um showroom na Rua Pamplona, onde é possível conhecer mais as peças e o trabalho das comunidades.



Cultura indígena é tema de oficinas e palestras nas escolas municipais de Lorena
SÍTIO VALE NEWS, 02.10.2014

Com a aproximação da 2ª Jornada de Literatura do Vale Histórico, que teve início nesta terça-feira (30), os alunos das escolas municipais de Lorena estão desenvolvendo o projeto "As Linguagens da Literatura Infantil e Juvenil".

Ao todo, participam cerca de 760 crianças das escolas E.M. Maria Aparecida Machado Guedes de Oliveira Cruz, E.M. Professor Francisco Prudente de Aquino e E.M. Vovó Fiuta.

O objetivo do programa é promover a reflexão sobre os povos indígenas e estimular a busca pelo conhecimento da cultura brasileira e suas origens, fortalecendo o sentido de cidadania, de ética e de democracia.

Para ensinar sobre o fascinante mundo indígena, os escritores Cristino Wapichana, Rogério Andrade Barbosa e Heloisa Pires vão se dividir entre as três escolas para bater um papo com os alunos e mostrar as vertentes culturais do Brasil. O encontro acontece nesta quarta-feira (1), das 7h30 às 9h30 e das 16h às 17h30 em cada escola.

Além desse encontro, os alunos já vinham trabalhando a temática nas aulas de Informática Educacional, onde realizaram pesquisas sobre as obras e conheceram os diversos elementos culturais, como a história, as religiões, artes, línguas e símbolos.

"Os alunos se mostraram bem envolvidos e empolgantes, pois o fato de saberem que vão receber um indígena e descobrir sobre sua cultura, seus costumes, despertou um grande interesse. E com as aulas de informática, eles puderam pesquisar, produzir textos e ilustrar as obras criadas pelo autor", relata a mediadora de Informática Educacional, Ana Paula de Alcântara.

Para a orientadora pedagógica Ana Maria Bastos, da E.M. Maria Aparecida Guedes, o projeto permite levar o conteúdo educacional de forma lúdica e que desperta o interesse dos alunos. "As oficinas e palestras são atividades que as crianças gostam pelo fato de terem o contato real com o que está sendo trabalhado", afirma.

Além disso, a orientadora destaca a importância do trabalho da mediadora Ana Paula de Alcântara. "Ela nos ajudou a desenvolver o projeto da Semana Literária e também está auxiliando-nos com pesquisas e outras atividades referente os demais projetos da Unidade Escolar, enfim, com a proposta pedagógica da escola. É uma pessoa comprometida e atuante no que faz".

Sobre a Jornada

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 177/ 2014

Brasília, 03 de outubro de 2014.

A Secretaria Municipal de Educação de Lorena participa 2ª Jornada Literária do Vale Histórico, um movimento dinâmico que privilegia educandos e educadores, cuja programação leva autores brasileiros para as unidades escolares, apresentando obras literárias a respeito do tema "As Linguagens da Literatura Infantil e Juvenil". Além de palestras, mesas-redondas, oficinas entre outras atividades noturnas, também com a presença de autores não indígenas e indígenas que trabalham com a temática em suas criações literárias.

Cronograma do evento:

30 de setembro

Abertura Oficial da 2ª Jornada com palestra magna da escritora Marina Colasanti

Tema: A magia dos contos de fada na literatura

Local: Teatro São Joaquim – 19h

1 de outubro

Mesa de Debate: Literatura da periferia ou a periferia da literatura

Convidados: Paulo Lins (autor de Cidade de Deus) e Ferréz (autor de Capão Pecado)

Local: Teatro São Joaquim – 19h

2 de outubro

Roda de Conversa: Literatura e Ilustração Infantil e Juvenil

Convidados: Rogério Andrade Barbosa, Maté, Heloisa Pires Lima e Jô Oliveira

Local: Teatro São Joaquim – 19h

3 de outubro

Bate-papo: Políticas públicas para o livro, a leitura e a literatura

Convidados: Volnei Canônica – Instituto C&A

Local: Teatro São Joaquim – 14h

*Bate-papo voltado para membros da educação pública do Vale do Paraíba

Encerramento: Palestra Magna do professor Luiz Percival Leme Britto

Tema: "Que nos passa quando lemos? – Literatura e formação"

Show com violonista Robson Miguel

Local: Teatro São Joaquim – 19h



Prefeito inaugura sede da Secretaria dos Jogos Indígenas e apresenta símbolos
SÍTIO CONEXÃO TOCANTINS, 02.10.2014

O prefeito de Palmas, Carlos Amastha, recepcionou indígenas e imprensa na noite desta terça-feira, 30, para inaugurar a sede da Secretaria Extraordinária dos Jogos Mundiais Indígenas (Seji) e apresentar símbolos, campanhas e ferramentas que ajudarão os desportistas e o público em geral a viver os JMI que acontecerão de 18 a 27 de setembro de 2015 em Palmas.

No evento são esperados mais de 2.500 atletas indígenas oriundos de 30 países, totalizando 22 etnias. "Vamos realizar um verdadeiro resgate destes povos; a humanidade moderna inicia agora o pagamento de uma dívida que ela tem para com eles. Palmas será a primeira cidade do mundo a sediar os jogos iniciando, portanto, os primeiros passos para esta valorização. Palmas é a primeira catalizadora deste sentimento de gratidão", afirmou Carlos Amastha em seu pronunciamento.

Ainda de acordo com o prefeito "existe alguma coisa de muito especial que liga Palmas às questões indígenas. Nossa capital possui diversos pontos turísticos e construções que homenageiam as etnias do Tocantins, sua cultura e seus valores. Aqui no coração do Brasil homens de bem estão trabalhando pelos JMI por respeitar a tradição, a contribuição e a história destes povos".

O titular da Seji, Hector Franco, ressaltou o papel dos parceiros e da comunidade para que os JMI sejam um sucesso absoluto. "Precisamos que todas as pessoas se envolvam e participem, todas as esferas de governo, secretarias podem contribuir. Neste espaço teremos exposições de arte indígena, feiras de artesanato, diálogos e debates, enfim um leque de ações que trazem para o centro das discussões as causas indígenas do Brasil e do mundo", complementou.

Franco falou ainda das parcerias com o Governo Federal no sentido de garantir total segurança aos visitantes e participantes dos JMI. "O ministro Eduardo Cardozo nos garantiu que teremos uma central de monitoramento e segurança como as utilizadas durante os jogos da Copa do Mundo no Brasil", frisou.

Indígena

O articulador indígena dos JMI e representante brasileiro indígena na Organização das Nações Unidas, Marcos Terena, agradeceu ao prefeito Carlos Amastha e aos palmenses pelo carinho com que têm abraçado os Jogos. "Quero agradecer ao povo de Palmas por esta cerimônia e por todos os esforços reunidos que estão possibilitando a realização deste evento grandioso. Digo ainda que não estamos brincando de fazer jogos, vamos realizar um evento com alto nível técnico", destacou Terena.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 177/ 2014

Brasília, 03 de outubro de 2014.

O representante indígena falou também da relação entre os JMI e o meio ambiente. "Vamos trabalhar para que Palmas seja referência em termos de ecologia e sustentabilidade. Temos que deixar um legado para as gerações futuras e é primordial que seja ligado à preservação ambiental", concluiu.

Após assistirem a apresentação de uma dança tradicional Karajá, o prefeito recebeu um colorido cocar e o símbolo dos Jogos Mundiais, a Lança da Amizade feita pela etnia Xerente e talhada em pau-brasil. A Lança, assim como a Chama Olímpica, será repassada a todos os países que vierem a sediar os Jogos. A lança foi entregue pela estudante Mariana Gabriela Leão Gomes.

O evento contou com a presença de representantes de muitas tribos do estado do Tocantins, vários indígenas estudantes universitários e autoridades municipais.

Ferramentas

Além da inauguração do prédio que abrigará a Secretaria Municipal Extraordinária dos Jogos Indígenas (Seji), também foram apresentados o website dos Jogos (www.jogosmundiaisindigenas.com), o mascote oficial Kali e a campanha publicitária com o slogan "Em 2015 todos somos indígenas".

A campanha contará com a participação de personalidades tocantinenses. O primeiro vídeo apresentado traz o piloto palmense de Stock Car, Felipe Fraga. (Secom Palmas)



Portaria cria primeira escola de ensino médio indígena do Estado

SÍTIO SÉCULO DIÁRIO, 02.10.2014

Expectativa é de que a escola já comece a funcionar em 2015, em prédio cedido pela Prefeitura de Aracruz

Foi publicada no Diário Oficial desta quarta-feira (1) a Portaria nº 155-R, de 30 de setembro de 2014, que cria a Escola Estadual Indígena de Ensino Médio Aldeia Caieiras Velhas. A escola é a primeira de ensino médio destinada a atender às demandas da comunidade indígena no Estado e ficará localizada na aldeia de mesmo nome, que está situada no município de Aracruz, no norte do Estado. A portaria estabelece, ainda, que o primeiro ano letivo da escola terá início em 2015.

De acordo com Andréia Almeida, professora e educadora indígena, a escola de ensino médio de Caieiras Velhas funcionará, por enquanto, em um prédio de uma antiga escola, construído pela Prefeitura de Aracruz e localizado dentro da aldeia, que receberá a estrutura necessária para abrigar as aulas. Já há uma área do governo do Estado que será destinada para a nova unidade, mas ainda falta a abertura de um processo licitatório para o início das construções.

O currículo da escola, que por ser indígena e rural possui métodos pedagógicos diferentes das escolas urbanas, será amplamente discutido com a comunidade composta pelas diversas aldeias atendidas pela unidade, visando atender às necessidades da educação formal mas, também, incluindo o debate sobre a própria cultura e identidade na sala de aula. Manter os adolescentes indígenas nas aldeias, tendo uma educação que respeita e reafirma sua cultura, é fundamental, sobretudo, porque muitos deles sofrem discriminação ao saírem das aldeias para receberem uma educação não-indígena.

Essa escola de ensino médio também dará continuidade ao ensino infantil e fundamental indígenas, que já existem no território demarcado de Aracruz, como reafirma Andréia. Desse modo, educadores indígenas serão selecionados prioritariamente para compor a equipe pedagógica a partir de um edital específico, que contemplará uma proposta pedagógica que se assemelhe à realidade das comunidades indígenas do Estado, como detalhou a educadora.

Também há um processo de discussão com a Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), para que os professores que serão formados e até mesmo os graduandos do curso de Educação Indígena atuem na escola de ensino médio das aldeias. Esse trabalho, que será desenvolvido como um projeto de extensão, já foi aprovado por todos os departamentos relacionados à educação indígena na Ufes. O curso de licenciatura em Educação Indígena será ofertado também em 2015.



Fiscalização em terra indígena no Pará desmonta garimpo ilegal de ouro

SÍTIO EBC, 02.10.2014

A terra indígena Kaiapó é uma das maiores do país, com 3 mil e 300 hectares

O Jornal da Amazônia 2ª Edição desta quarta-feira (10/10) traz informações sobre o serviço Disque-Eleições oferecido aos cidadãos que votam no Acre. Por meio desse serviço, o eleitor poderá solicitar informações sobre locais de votação, situação de título eleitoral, justificativa de ausência no dia da votação e outras relacionadas ao exercício do voto. O Disque-Eleições 2014 também vai funcionar no sábado; e no domingo, dia das Eleições.

Durante o período da propaganda eleitoral gratuita, o Jornal da Amazônia 2ª Edição passa a ser transmitido de segunda a sexta, das 13h20 às 13h30 (horário de Brasília), na Rádio Nacional da Amazônia, e das 11h20 às 11h30 (horário local), na Rádio Nacional do Alto Solimões.



Museu Ciência e Vida abre exposição sobre astronomia indígena

SÍTIO BAIXADA FÁCIL, 02.10.2014

Olhar para o céu desvendou um mundo de possibilidades. Hoje, ao observarmos as constelações, podemos nos localizar no tempo, por exemplo. Em várias culturas, esse hábito é encontrado. O etnólogo Curt Nimuendaju registrou como o povo Ticuna fazia essa leitura das estrelas e como isso tinha a ver com a sua organização social. O missionário capuchinho francês Claude d'Abbeville passou quatro meses com famílias tupi-guarani em 1962, no Maranhão, registrando as mesmas relações. A rica iconografia dessas pesquisas é um dos destaques da mostra 'Astronomia Indígena – Céu Ticuna e Céu Tupi-Guarani', que foi aberta neste dia 01/10, às 15h, no Museu Ciência e Vida.

Nas viagens de Nimuendaju e d'Abbeville, buscou-se relacionar a vida destes povos, seus costumes e cultura, com a observação feita do céu por eles, a exemplo da trajetória de planetas e satélites, ou das representações desenhadas pelas estrelas e aglomerados. Nos painéis da exposição, o visitante aprende mais sobre a cultura dos Ticuna e dos Tupi-Guarani. Ambas exposições foram realizadas pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST.

Os visitantes do Museu Ciência e Vida ainda podem complementar a visita com sessões de planetário digital, que mostram o céu conforme visto pela tradição ocidental. Aprendendo sobre a leitura dos céus, descobre-se um pouco mais da cultura e da ciência dos povos. Mais informações sobre a exposição e sobre as sessões de planetário no site www.museucienciaevida.com.br ou pelo telefone 2671-7797.



Boletim Mundo: Lideranças Guarani Kaiowá pedem nulidade de decisão que os impedem de ocupar território tradicional
SÍTIO CIMI, 02.10.2014

Por Luana Luizy,
de Brasília (DF)

Inconformados com a decisão da 2ª Turma da Corte do Supremo Tribunal Federal (STF) que anula o reconhecimento tradicional da Terra Indígena, Guyraroká, quatro lideranças indígenas Guarani Kaiowá compareceram em Brasília esta semana reivindicando a nulidade da decisão que os impedem de ocupar o território tradicional.

O Ministério da Justiça, baseado em estudos da Funai reconheceu como território tradicional a TI Guyraroká, ainda sim, o posseiro da região pediu a nulidade dos atos no MJ. O Superior Tribunal Judicial (STJ) considerou inadequada a ação movida pelo fazendeiro, seguido pelo relator do processo no Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski. No entanto, o ministro Gilmar Mendes contestou a decisão, acompanhado pelos ministros Celso de Mello e Carmem Lúcia.

Portanto, com três votos a um declararam que o particular tinha o direito sobre a terra, mas em nenhum momento a comunidade indígena foi ouvida durante o processo. "Na minha visão, o STF agiu de má fé, pois caso contrário teria respeitado a Constituição, mas não reconheceram a situação dos Guarani Kaiowá. Antigamente quem expulsava índio era a ditadura militar, mas agora é a Justiça Federal, a Polícia Federal. Nós vivemos que nem animal, existe lei mas não ta cumprindo. Não estão nos levando a sério", afirma Adalto Barbosa de Almeida, indígena Guarani Kaiowá e integrante da Aty Guasu (Grande Assembleia Guarani Kaiowá).

Para o assessor jurídico do Cimi, Rafael Modesto, a decisão deve ser revogada. "Existe uma súmula no STF, a 631, que determina a comunidade envolvida ser chamada para discutir o processo quando tem direito subjetivo. Então esse é o entendimento prioritário pelos tribunais. Em nenhum momento a comunidade foi citada para defender seus direitos no processo. Então peticionamos a nulidade de todos os atos, inclusive a sentença do STF que não ouviu a comunidade para tomar os devidos cuidados processuais".

Expulsos da área em 1930 quando o Estado brasileiro começou a ceder para particulares a terra sagrada Kaiowá, os indígenas vagaram, mas nunca deixaram de ter vínculo espiritual com seu tekoha, o território tradicional Guarani Kaiowá, voltando mais tarde. Em 1990, um grupo de 30 famílias que viviam confinadas na reserva Tey'kue, em Caarapó, conseguiu ocupar 60 hectares, dali foram expulsos e permaneceram quatro anos na beira da estrada, até que conseguiram voltar para seu território tradicional. .

Estudos antropológicos comprovaram a tradicionalidade de Guyraroká, os 12 mil hectares e

CONT.



uma portaria declaratória foi publicada pelo Ministério da Justiça, em 2009. Confinados em uma pequena porção do território, os indígenas vivem hoje em barracões de lona e sofrem com a falta de assistência na área da saúde, dificuldades para plantar, além das constantes ameaças e mortes promovidas por ações de fazendeiros locais.

“Até 1930 a gente vivia livremente na mata, no chão, pelado, aí veio uma resposta que ia haver guerra contra nós. E o General Rondon ia juntar todos indígenas pra não matar índio. Fomos levados, caminhando, mais de 1.500 índios, para Guykué, mas muitos ficaram. Antes ainda da primeira viagem, morreram 180 índios de diarreia, sarampo, febre amarela e tosse, mas agora enquanto estou vivo luto pra deixar herança pro meu povo indígena, que é a terra”, conta o cacique Tito Vilhalva, pai de Ambrósio Vilhalva, indígena Guarani Kaiowá morto em 2013.

Em um contexto de confinamento de reservas, altas taxas de suicídio e alcoolismo os indígenas Guarani Kaiowá estão expostos e é nesse meio de violência que Ambrósio, um dos protagonistas do filme Terra Vermelha foi morto, o indígena também sofria de alcoolismo.

Vídeo da TV Justiça sobre o protocolo no STF do pedido de nulidade:

https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=aRqiP9eNXT4

Confira aqui a carta do cacique Aldeia Guyraroká ao ministro do Supremo Tribunal, Gilmar Mendes:

Senhor Ministro,

Sou TITO VILHALVA, cacique da aldeia GUYRAROKÁ do povo GUARANI KAIOWÁ, lugar onde nasci e onde meus pais e milhares de parentes estão enterrados. Meus documentos datam de 1930, embora nasci no ano de 1920. Minha esposa é a Sra. MIGUELA ALMEIDA, também nascida em GUYRAROKÁ. Nós vivenciamos e assistimos tudo o que aconteceu com o povo GUARANI KAIOWÁ.

Vivemos felizes em GUYRAROKÁ, nas matas e do nosso modo tradicional, até o início da década de 1930 e não tinha homem branco, só índio. Até que chegaram os soldados e avisaram que ia ter guerra se nós não saíssemos de nossas aldeias. Fomos levados, caminhando, mais de 1.500 índios, para GUYKUÉ (distante aproximadamente 80 km), mas muitos ficaram. Antes ainda da primeira viagem, morreram 180 índios de diarreia, sarampo, febre amarela e tosse.

Em 1936 ou 1937, retornamos, também caminhando, para GUYRAROKÁ, mais de 250 índios, pois fomos avisados que os brancos queriam ficar com nossas terras. Chegando em GUYRAROKÁ, ao entardecer, os brancos começaram a atirar e só pararam no meio da noite. Três mulheres morreram naquela noite e o índio SANTIAGO morreu dias depois, pois a bala acertou uma de suas pernas. Nosso cacique FLORIANO fez reunião e disse que desconfiava que

CONT.



o fazendeiro queria matar todos e não havia como ficar. Saímos a noite caminhando para GUYKUÉ. Quem mandou atirar foi ANTONIO ALBUQUERQUE, que se apresentou como tenente e disse que comprou todas as nossas terras.

No início da década de 1940, mais uma vez, decidimos voltar para GUYRAROKÁ, caminhando, entre 70 e 80 índios, com nossas crianças e tudo o que possuíamos. Mas logo chegou o fazendeiro JORGE que disse que comprou parte das nossas terras, que haviam sido loteadas em pedaços. O fazendeiro JORGE, que veio de São Paulo, mandou nós sair da área pois iria derrubar o mato e criar boi, mas deixou ficar na beira do córrego PASSO FUNDO, dentro de GUYRAROKÁ. Nessa época morreram 27 índios de doenças (febre amarela, sarampo, diarreia e gripe) e foram enterrados próximo ao córrego. No mesmo período foi morto meu cunhado SILVÉRIO, com um tiro nas costas enquanto pescava na beira do córrego PASSO FUNDO. Ficamos lá mais ou menos até 1947, trabalhando nas fazendas (roça e gado). Tivemos que sair porque a terra foi vendida para outro fazendeiro de São Paulo, que não queria índios dentro da fazenda. Os índios ficaram espalhados, trabalhando nas fazendas.

Em 1998 retornamos para GUYRAROKÁ com 234 índios, sempre caminhando e carregando nossas galinhas, cachorros e pertences. O fazendeiro JOSÉ TEIXEIRA disse que a fazenda era dele e em seguida colocou todos os índios em caminhões e levou para GUYKUÉ. O fazendeiro disse que se fosse terra indígena devolveria a fazenda e deu prazo de 90 dias para dar uma resposta, pois iria consultar antropólogo e negociar com a FUNAI.

Noventa dias após retornamos caminhando para GUYRAROKÁ com 233 índios. Entramos na fazenda, mas o fazendeiro trouxe polícia e pistoleiro armados. Deram muito tiro com bala de borracha. Muitos índios foram feridos, inclusive crianças. Tivemos que sair, pegamos nossas galinhas, cachorros e o que foi possível e montamos acampamento na beira da estrada, em APUIQUÍ, próximo da fazenda, em frente a uma igreja. Ficamos dois anos sendo ameaçados pelos fazendeiros que davam tiros a noite. Bebíamos água de pipas e não tinham como plantar. Ficamos doentes e com fome.

Decidimos entrar na fazenda do SAULO, dentro da aldeia GUYRAROKÁ, nossa aldeia. O fazendeiro deixou ficar, disse que não vai contratar pistoleiro e delimitou uma área para a comunidade. A FUNAI abriu poço para puxar água e queria ligar energia. Porém, os fazendeiros AVELINO e JOSÉ TEIXEIRA não permitiram.

Vivemos sem saúde, pois não recebemos visitas de médico. Os fazendeiros ameaçam não deixar nossas crianças estudar na escola Padre Anchieta que fica fora da Terra Indígena GUYRAROKÁ.

Eu já estou com idade avançada e sei que não vou durar muito tempo. Mas antes de morrer quero conversar com VOSSA EXCELENCIA e contar tudo o que sei e vivenciei. Quero deixar nossa terra ao meu povo e ser enterrado dentro da nossa aldeia GUYRAROKÁ, terra dos índios GUARANI KAIOWÁ.

Brasília, 2 de outubro de 2014.

Cacique da Aldeia Guyraroká



Mulheres indígenas contam sua história em livro

SÍTIO JORNAL BRASIL, 03.10.2014

Mulheres indígenas de oito etnias da região Nordeste acabam de lançar o livro "Pelas Mulheres Indígenas", que relata suas vidas, suas dificuldades, sonhos e expectativas. A publicação também traz informações sobre como prevenir e lidar com casos de violência conjugal.

O livro foi desenvolvido nas oficinas de literatura ministradas pela ONG Thyndêuá, em Ilhéus (BA), dentro das ações de um projeto de formação continuada, com as mulheres indígenas, sobre seus direitos. Uma das metas desse trabalho é a formação de 16 agentes multiplicadoras de transformações sociais.

Os povos indígenas do Nordeste que participam deste projeto da ONG Thyndêuá são: Tupinambá, Pataxó Hãhãhã, Pataxó Dois Irmãos e Pataxó Barra Velha, da Bahia; Xokó, de Sergipe; Karirixocó e Karapotó Plakiô, de Alagoas; e Pankararu, de Pernambuco.

Segundo os organizadores do projeto, a expectativa é a de alcançar cerca de 8 mil mulheres indígenas e suas famílias, ao fim de um ano e meio de atividades. O projeto dispõe de um site, formado pela rede multiétnica Comunidade Colaborativa de Aprendizado Pelas Mulheres Indígenas.

O trabalho contou com a participação da Rede dos Pontos de Cultura Indígenas do Nordeste e do Pontão Esperança da Terra, iniciativas apoiadas pelo Ministério da Cultura (MinC), e também com as parcerias das secretarias de Políticas Públicas para Mulheres da Presidência da República (SEPPIR/PR) e de Políticas Públicas para Mulheres do estado da Bahia.

Durante o lançamento do livro, realizado no sábado (27) na aldeia Itapoã, em Ilhéus, foram realizadas três rodas de conversas para mulheres, ministradas pela equipe interdisciplinar da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres do estado da Bahia, com a presença de seis escritoras indígenas.

O lançamento integrou as ações da XIV Caminhada Tupinambá em memória dos mártires do rio Cururupe, massacrados pelos colonizadores portugueses, no ano de 1559, nas margens do rio, em terras que hoje pertencem ao município baiano de Ilhéus.

Fonte: Ministério da Cultura



Dom Tomás no ritual dos índios Krahô
SÍTIO ADITAL, 03.10.2014

Egon Dionísio Heck
Adital

"Ele está aqui. Eu vi. Uma pessoa quando morre fica entre nós ele não foi embora. Ele está aqui. Ele está olhando por nós. São poucos os que ajudam os povos indígenas. Tem que continuar o trabalho, a luta de D. Tomás."

Gercília Krahô, importante liderança do povo, recebeu, na nova aldeia, com muito carinho, parentes e amigos de D. Tomás, que ela tinha como tio. Para o povo Krahô o tio tem uma relevância tão importante no papel da formação social quanto o pai.

A homenagem ritual Amjĩkĩn Pàrcahàc acontece como finalização de luto de um parente e neste caso seu inesquecível amigo Tomás. Este ritual compreende momentos marcantes de noites acordados embalados pelos cantos no pátio, pinturas corporais, os cortes de cabelos e a corrida com a tora de buriti que simboliza o corpo de D. Tomas. Esse corpo pintado e empenado percorre o pátio nos ombros dos indígenas e em seguida levado a casa de Gercília, onde é envolto em um pano e logo depois despido para que as mulheres possam se despedir através do choro ritual, um lamento profundo de lágrimas e soluços que toca e faz chorar muitos presentes.

que de passando o "Eu só participo do ritual na igreja de Goiás, se depois puder fazer o ritual dele, em minha aldeia, conforme a nossa cultura" exigiu Gercilha.

O cerrado já se vestia de verde e o rio se tingia de Vermelho para participar desse momento ímpar da memória de um de seus filhos e defensores intransigente e radicalmente comprometido com a diversidade de vida, povos e comunidades originárias deste Brasil central.

Cenário perfeito para um grande e inesquecível acontecimento. Beleza e simplicidade, alegria e lágrimas, gestos profundos de espiritualidade ritual. A celebração da memória de um "kupen" (não indígena) na aldeia é mais do que uma excepcionalidade, é um gesto de reconhecimento da permanência dentre eles.

Presentes e compromisso

Um dos momentos marcantes do ritual foi quando Dom Eugênio, bispo de Goiás, entregou à comunidade, através de Gercília, umas lembranças de D. Tomás – uma cruz simbolizando os mártires latino-americanos e uma vistosa estola, que ela imediatamente vestiu. Era mais do que memória. Foi o selado o compromisso da continuidade do trabalho em defesa da vida e dos direitos dos povos indígenas, em especial com os "mehin" (Krahô).

CONT.



De longe se ouvia a cantoria ritual no centro do pátio da aldeia. Era o último dia da celebração. Jercília se aproximou de D. Eugênio, e num gesto perdido na noite, carregada de harmonia, revezando silêncios e maravilhoso cantos, tirou o colar que trazia no pescoço e colocou-o no bispo dizendo "Agora você é compadre de D. Tomás". Umas rápidas palavras e estava selado o compromisso.

D. Eugênio declarou que sempre teve muita admiração por D. Tomás, pelos seus trabalhos, pela sua luta. Por essa razão estava junto aos Krahô, com o pessoal do Cimi, CPT e outros amigos de D. Tomás. "Simpatizo com a causa indígena e da terra. É preciso defender essa gente e os empobrecidos da terra". Disse ter achado ótimo essa oportunidade de conhecer um pouco mais da cultura indígena.

O massacre continua

No decorrer dos três dias celebrativos inúmeros depoimentos foram sendo desfilados, todos eles marcados por profunda indignação e revolta, pelas violências, omissões, preconceitos e massacres. Izabel Xerente verberou "Vão entrar em nossas terras (grandes projetos) para massacrar. Nós vivemos lutando por todos. Tenho essas borduna pra dar na cabeça".

Vários depoimentos lembraram o avanço do agronegócio, destruindo as matas, poluindo os rios. As monoculturas da soja, do eucalipto, do gado, acabam envenenando e matando a terra e os animais. Os rios estão secando.

Foi lembrada a brava resistência das comunidades indígenas diante das políticas desenvolvimentistas do atual governo com as rodovias, hidrovias, hidrelétricas, dentre outros. Porém nós indígenas somos a semente e as plantinhas dessa terra. Vamos continuar lutando. Vamos nos unir com os pobres. Vamos lutar unidos.

O povo Krahô, que faz parte da grande nação Timbira, são hoje em torno de 3.200 pessoas vivendo em 28 aldeias nos municípios de Goiatins e Itacajá no Tocantins.

Gratidão e alegria. O ritual que marcou o fim do luto de D. Tomás entre os Krahô, também nos traz a certeza de sua presença e a continuidade de sua luta entre nós e da vitória dos povos originários do país e do continente latino-americano.

Brasília, 1 de outubro de 2014.



Mulheres indígenas criam cooperativa de produção de sabão para aumentar renda
SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 03.10.2014

Motivadas pela participação em projetos realizados pelo Senar (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), indígenas de Amambai, a 360 quilômetros de Campo Grande, criaram a primeira cooperativa de mulheres, com 15 cooperadas especializadas na fabricação de sabão artesanal. A ideia é comercializar os produtos entre as aldeias da região, ampliando a geração de renda.

A mulheres da etnia Guarani e Kaiowá participaram de cursos que ensinaram a produção do sabão e outro sobre como investir no negócio. "Unimos o que aprendemos nas duas qualificações. Já estamos vendendo dentro da aldeia, mas vamos aumentar usando tudo o que aprendemos", relata Damiana de Souza, que aos 54 anos iniciará seu trabalho no grupo de mulheres. No último domingo (28), o grupo da Cooperativa Aldeia Limão Verde participou do desfile comemorativo ao aniversário de Amambai, expondo peças confeccionadas a partir do que aprenderam com as qualificações.

O objetivo da realização de cursos e programas de qualificação nas aldeias é promover a inclusão social, segundo a supervisora regional do Senar/MS, Verônica Guglielmi. "Através do projeto "Com Licença Vou à Luta", as mulheres reconheceram suas habilidades de gestão, criando uma visão empreendedora, para que elas possam trazer renda às suas famílias através da venda de seus produtos com matéria-prima extraída da própria aldeia".

A supervisora conta que as mulheres agora estão interessadas em incentivar os maridos a se qualificarem. "As alunas começaram a diagnosticar a necessidade dos homens se qualificarem, percebendo até mesmo que os cursos mais adequados seriam os de controle de formiga e cultivo de mandioca", disse.

Para o mobilizador do Senar/MS no Sindicato Rural de Amambai, Olguimar Andrade, as qualificações levam mudança na realidade social das aldeias. "Essas capacitações incentivam a inserção de grupos no mercado de trabalho, além de levar motivação aos indígenas, se tornando suporte para o amplo desenvolvimento".

Cursos – Todos os meses, o Senar oferece ainda outras capacitações em diversas áreas para indígenas, além de produtores e trabalhadores rurais no Estado. A programação dos cursos está disponíveis no site www.senarms.org.br.



Indígenas de Amambai se tornam empreendedoras após qualificação do Senar
SÍTIO AMAMBAÍ NOTÍCIAS, 03.10.2014

O que antes era dedicação exclusiva aos cuidados da família ou colaboração com as atividades do marido no cultivo de hortaliças deu espaço para o empreendedorismo, novas expectativas e a possibilidade de autonomia financeira. Após participar de projetos desenvolvidos pelo Senar/MS – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, Sindicato Rural e AMA – Associação de Mães de Amambai, 45 indígenas guarani kaiowá das aldeias Limão Verde e Amambai estão reescrevendo suas histórias.

Já tradicional na capacitação de mulheres para o mercado de trabalho em Amambai, com atividades realizados de 1979, a AMA decidiu há cerca de um ano investir nas aldeias da região. A partir de julho de 2014 passou a contar com a parceria do Senar/MS e Sindicato Rural, que juntos levaram até a Aldeia Limão Verde o programa 'Com Licença, Vou à Luta', com foco no fomento do empreendedorismo feminino e ainda o curso de produção artesanal de produtos de limpeza. Os resultados superaram as expectativas dos idealizadores da ação. "Quando pensamos em levar cursos a essas mulheres, queríamos algo que respeitasse a realidade delas e colaborasse para o desenvolvimento da comunidade. Encontramos pessoas extremamente interessadas e com vontade de aprender", recorda a secretária da AMA, Vilma Maria Golin Felhorst.

O fomento ao empreendedorismo incentivou ideias até então inovadoras para a comunidade indígena local e fez surgir a primeira cooperativa de mulheres, denominada Cooperativa Aldeia Limão Verde, com 15 cooperadas, especializadas na fabricação de sabão artesanal. As atividades estão previstas para iniciarem nos próximos dias. A princípio, a comercialização ocorrerá entre as aldeias, mas a expectativa é de ampliação na geração de renda. "Unimos o que aprendemos nas duas qualificações. Um curso ensinou investir e o outro a fabricar sabão e outros produtos. Já estamos vendendo dentro da aldeia, mas vamos aumentar usando tudo o que aprendemos", relata Damiana de Souza, que aos 54 anos iniciará seu trabalho no grupo de mulheres.

A supervisora regional do Senar/MS, Verônica Guglielmi, reforça que o objetivo da realização de cursos e programas de qualificação nas aldeias é promover a inclusão social. "Através do Com Licença Vou à Luta, as mulheres reconheceram suas habilidades de gestão, criando uma visão empreendedora, para que elas possam trazer renda às suas famílias através da venda de seus produtos com matéria-prima extraída da própria aldeia", relata Verônica.

A supervisora considera ainda que a qualificação refletiu diretamente no trabalho realizado pelos companheiros das indígenas. "As alunas começaram a diagnosticar a necessidade dos homens se qualificarem, percebendo até mesmo que os cursos mais adequados seriam os de controle de formiga e cultivo de mandioca", revela.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 177/ 2014

Brasília, 03 de outubro de 2014.

O mobilizador do Senar/MS no Sindicato Rural de Amambai, Olguimar Andrade, percebe a mudança na realidade social das aldeias após as qualificações. "Essas capacitações incentivam a inserção de grupos no mercado de trabalho, além de levar motivação aos indígenas, se tornando suporte para o amplo desenvolvimento", considera Andrade, que destaca que mais uma aldeia acaba de ser qualificada pelo Senar/MS e Sindicato Rural. "A Aldeia Amambai encerrou há alguns dias o curso de Corte e Costura com ótimos resultados. Mais uma vez foi possível verificar o quanto as capacitações são bem aproveitadas nas comunidades", finaliza.

Outras qualificações devem ocorrer nas aldeias, já que as indígenas demonstraram interesse em diferentes cursos da grade do Senar/MS. "Eles pediram o curso de cultivo de plantas medicinais e preparo de medicamentos caseiros, atividade bastante ligada à cultura local", destaca a supervisora regional, Verônica Guglielmi.

A identificação das participantes com a iniciativa pode ser observada no último domingo (28.09), quando um grupo de mulheres do programa Com Licença, Vou à Luta participou do desfile comemorativo ao aniversário de Amambai. Mesclando vestes características indígenas e as camisetas do programa, elas expuseram também peças confeccionadas a partir do que aprenderam com as qualificações.



Terras indígenas da Amazônia terão R\$ 15 milhões para implantar planos de gestão
SÍTIO PORTAL AMAZÔNIA, 03.10.2014

Seis terras indígenas do Amapá e Pará vão desenvolver ações de proteção territorial, manejo e uso sustentável de recursos

MANAUS - O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciou nesta quinta-feira (2) a aprovação de apoio financeiro de R\$ 15,7 milhões, com recursos do Fundo Amazônia, para projeto do Instituto de Conservação Ambiental do Brasil (TNC, na sigla em inglês para The Nature Conservancy), nos estados do Pará e do Amapá.

O projeto objetiva a implementação dos planos de gestão territorial e ambiental sustentável de seis terras indígenas (TIs) nos dois estados amazônicos. "Cada uma dessas terras vai desenvolver planos de gestão territorial. Esses planos têm ações de proteção territorial, ações de manejo e uso sustentável de recursos e ações de fortalecimento de capacidades indígenas", disse à Agência Brasil o coordenador da Estratégia de Conservação em Terras Indígenas do TNC do Brasil, Hércio Souza.

O projeto vai apoiar o desenvolvimento, mas sobretudo a implementação dos planos de gestão territorial pelas organizações e conselhos de caciques indígenas, acrescentou. Segundo informou a assessoria de imprensa do BNDES, os recursos contribuirão também para controlar o desmatamento na região. Serão beneficiados cerca de 8,8 mil índios.

Há dois anos o governo selecionou 32 terras indígenas de todo o País para serem referência da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas. Agora, o TNC do Brasil contempla as primeiras áreas a serem efetivamente beneficiadas. Hércio Souza diz que o projeto vai ajudar a viabilizar a gestão das seis TIs, e a experiência será replicada país afora.

Terras indígenas são áreas protegidas, delimitadas devido ao reconhecimento da ocupação tradicional de um ou mais povos. De acordo com o BNDES, as TIs têm se mostrado eficazes como barreira ao avanço do desmatamento na região amazônica. O financiamento para o TNC do Brasil está em fase de contratação. Souza acredita que a primeira liberação de recursos poderá ocorrer entre dezembro e janeiro, "para entrar o próximo ano em franca implementação".

Hércio Souza disse que o projeto do TNC do Brasil foi apresentado ao Fundo Amazônia no final de 2012, antes do lançamento de edital para elaboração e implementação de planos de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas no bioma Amazônia, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e a Fundação Nacional do Índio (Funai).

"Teve longo processo de discussão e amadurecimento com o Fundo Amazônia", disse ele, e salientou que o processo de análise do projeto serviu, inclusive, de referência para ajudar a construir essa chamada pública, que receberá propostas até 21 de novembro próximo.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 177/ 2014

Brasília, 03 de outubro de 2014.

O Fundo Amazônia contabiliza 60 projetos aprovados, no montante de R\$ 904 milhões. Ele foi criado pelo governo brasileiro, em 2008, com o objetivo de apoiar iniciativas voltadas para prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, além de atividades de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas amazônicas.



Boletim de Notícias - Edição nº 177/ 2014

Brasília, 03 de outubro de 2014.

UFSCar recebe inscrições para processo seletivo de estudantes indígenas nos cursos de graduação presenciais

SÍTIO UFSCAR, 03.10.2014

Envio de documentos deve ser feito até o dia 6 de outubro e as provas ocorrem em etapa única nos dias 19 e 20 de dezembro

Até o dia 6 de outubro, próxima segunda-feira, a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) recebe inscrições no Processo Seletivo para Candidatos Indígenas 2015, com oferta de uma vaga adicional em cada uma das 61 opções de curso de graduação presenciais da UFSCar, distribuídas entre os campi Araras, São Carlos, Sorocaba e Lagoa do Sino, instalado no município em Buri, todos no interior do Estado de São Paulo.

Podem se inscrever candidatos indígenas de etnias brasileiras que tenham concluído o Ensino Médio ou equivalente em escolas da rede pública de ensino ou em escolas indígenas, reconhecidas pela rede pública de ensino. Os indígenas interessados devem enviar a documentação exigida para a Pró-Reitoria de Graduação (ProGrad) da UFSCar, por meio dos Correios. Após a análise da documentação enviada pelos candidatos, a UFSCar divulgará, no dia 7 de novembro, a relação dos pedidos de inscrição que foram aceitos.

As provas serão aplicadas em etapa única, nos dias 19 e 20 de dezembro, no Campus São Carlos. Esta será a oitava edição consecutiva do processo seletivo específico para ingresso de estudantes indígenas na UFSCar, como parte do Programa de Ações Afirmativas da Universidade, aprovado pelo Conselho Universitário em 2007.

Todas as informações sobre o processo seletivo estão disponíveis no regulamento do Vestibular, disponível no Portal UFSCar, em www.ufscar.br, e também podem ser obtidas por meio de contato com a Coordenadoria do Vestibular da UFSCar pelo telefone (16) 3351-8152 ou no site www.vestibular.ufscar.br.



Boletim de Notícias - Edição nº 177/ 2014

Brasília, 03 de outubro de 2014.

Delcídio irá levar infraestrutura para todas as aldeias indígenas do Estado

SÍTIO MS NOTÍCIAS, 03.10.2014

Candidato do PT firmou compromisso ontem durante visita às aldeias indígenas do município de Paranhos

O candidato da coligação Mato Grosso do Sul com a Força de Todos, Delcídio do Amaral (PT) esteve, ontem, em Paranhos onde visitou aldeias indígenas e conversou com índios sobre a necessidade de levar infraestrutura às aldeias do interior. Delcídio firmou compromisso de garantir infraestrutura para todas as aldeias de Mato Grosso do Sul.

“Tenho compromisso com as etnias, não só para resolver conflitos pela posse da terra, fazendo justiça aos índios e aos produtores rurais, mas também o de levar água, energia, educação, saúde, habitação e o apoio à agricultura familiar nas aldeias. Os nossos irmãos indígenas têm o direito de viver com dignidade e, com o fruto de seu trabalho, proporcionar um futuro melhor para suas famílias”, afirmou o candidato na Aldeia Pirajuí, durante reunião que contou com a presença de 4 mil pessoas.

Delcídio chegou a Paranhos acompanhado do candidato ao Senado, Ricardo Ayache (PT), do candidato a deputado federal Zeca do PT e do presidente da Assomasul (Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul) Douglas Figueiredo. Ele foi recebido pelo prefeito Júlio César de Souza (PDT) e os prefeitos de Coronel Sapucaia, Nilcéia Alves de Souza (PR), Iguatemi, José Roberto Arcoverde (PSDB) e Eldorado, Marta Araujo (PT).

Heloísa Lazarini



Índios liberam bloqueio com alterações no trânsito sobre a ponte do rio Juruena
SÍTIO METRO FM/JUÍNA, 03.10.2014

A liberação ocorreu após a iniciativa do prefeito municipal de Juína Hermes Lourenço Bergamin dirigir-se até a barreira sobre a ponte para pessoalmente conversar com os indígenas, e convencê-los a liberar a passagem dos veículos.

Os Índios da etnia Enawê-Nawê liberaram temporariamente no início da noite desta quinta-feira (02) o trânsito na MT 170 onde havia o bloqueio na ponte sobre o Rio Juruena.

A liberação ocorreu após a iniciativa do prefeito municipal de Juína Hermes Lourenço Bergamin dirigir-se até a barreira sobre a ponte para pessoalmente conversar com os indígenas, e convencê-los a liberar a passagem dos veículos.

Mas mesmo assim, os indígenas afirmam que mesmo com pagamento de pedágio que varia de R\$ 20,00 à R\$ 100,00 o trânsito sofrerá alterações e será implantado o bloqueio novamente de 3 em 3 horas.

Esta ação ocorreu em protesto contra o governo do Estado de Mato Grosso, que teria prometido aos indígenas a recuperação da estrada de principal acesso a aldeia nas terras da etnia Enawê-Nawê, este compromisso teria data para início no dia 15 de setembro, sendo adiado para o dia 2 de outubro. No dia de ontem (02) como o compromisso mais uma vez não se cumpriu, os indígenas além de iniciar o bloqueio sobre a ponte do rio Juruena, prendeu todo maquinário de uma empresa que realiza serviço na recuperação da MT 174 e também 15 pessoas.

O bloqueio segue e não tem previsão de término.

Em entrevista com o prefeito municipal Hermes Bergamin disse a equipe da Rádio Metro FM que irá pessoalmente à próxima semana junto ao governador do Estado de Mato Grosso cobrar uma solução imediata para o caso.

“na próxima semana estaremos indo a Cuiabá, onde já iremos solucionar a problemática da fazenda Taciana, onde o acordo firmado junto ao governador mais uma vez não se cumpriu. Estaremos em reunião com ele, e aproveitando já vou cobrar também a solução mais que imediata para esse caso com os indígenas”. Afirmou Hermes

O bloqueio que foi fixado dos dois lados da ponte formou filas enormes de carros e caminhões.



Boletim de Notícias - Edição nº 177/ 2014

Brasília, 03 de outubro de 2014.

Quilombolas querem eleger representante para atender reivindicações da comunidade

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 03.10.2014

Lucas Pordeus Leon – EBC

As comunidades quilombolas são grupos de descendentes de ex-escravos que fugiam para criar comunidades independentes. Eles mantêm, ao longo dos séculos, tradições culturais, religiosas e de agricultura de subsistência.

Segundo a Fundação Palmares, o Brasil tem hoje quase dois mil e quatrocentos quilombos. Mas para os quilombolas, esse número pode chegar a cinco mil comunidades. É uma parcela da população que pouco aparece nos programas e debates políticos em época de eleição, mas podem fazer a diferença na hora do voto.

O Maranhão é um dos estados que mais possui quilombos. São cerca de quatrocentos e setenta comunidades. Um deles é o quilombo de Frexal, onde mora Ivo Fonseca, que aponta a regularização das terras, junto com a saúde e educação, as principais reivindicações da comunidade. Segundo Ivo, a política está no dia a dia dos quilombos e, inclusive, pretendem eleger uma candidata quilombola.



Comunidades dos Gerais e Veredas do Município de Januária Norte de Minas, retomam território de seus Ancestrais

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 03.10.2014

Zilah de Mattos, Comissão Pastoral da Terra

Na madrugada do dia 29 de Setembro, cerca de 135 famílias das comunidades de Poções, Barra do Tamboril, Barra do Pindaibal, Brejinho, Cabeceira de Mocambinho, Capoeirão, Capivara e Angical, Distrito de São Joaquim no município de Januária, retomaram o seu território tradicional.

Nesta ocasião as comunidades costumam festejar com muita alegria o dia de São Miguel Arcanjo, o protetor e guardião dos filhos de Deus e de sua Igreja. Após a retomada, organizaram o Acampamento Geraizeiro do Alegre, que foi abençoado com a folia de Reis ao som de acordeon, pandeiros, violas, violão e da rebeca.

Na década de 1980, os posseiros e pequenos proprietários desta região foram ameaçados, tiveram os seus direitos violados e foram expulsos de seus territórios. Para implantar a monocultura do eucalipto, duas Empresas do setor Siderúrgico florestal de Minas Gerais a PLANTAR E A METALUR (hoje RIMA), adquiriram áreas de mais de 20 mil ha de cerrados e veredas, ricas em nascentes, córregos e lagoas que formam os principais rios, como os córregos do Alegre e do Pindaibal que alimentam o rio Pandeiros, e os córregos Capoeirão, Capivara e Gentio que formam o rio Pardo, estes dois rios importantes afluentes que alimentam e dão vida ao rio São Francisco.

retomada geraizeiros 2Durante estes trinta anos, muitas famílias que eram posseiras foram expulsas de suas terras, milhares de ha de terras públicas foram griladas, e os plantios da monocultura do eucalipto acabaram com a mata nativa do cerrado, com a coleta comum dos frutos, as nascentes, veredas e córregos foram aterradas, matando a cultura, os laços familiares e o modo de vida das comunidades locais.

As comunidades que antes viviam da abundância dos frutos nativos, das ervas medicinais, dos peixes, córregos, veredas e buritis, hoje sofrem com a seca permanente. A cada dia que passa a situação das comunidades vem se agravando pelas consequências sociais e ambientais causadas pelas ações predatórias destas firmas.

As famílias vem sofrendo pressões e intimidações por parte dos fiscais e funcionários da Empresa PLANTAR. Nestes dias a empresa enviou dois representantes até o local para ouvir as famílias acampadas.

No sonho e desejo de retornar ao território de seus ancestrais, buscando proteger, recuperar e defender a terra mãe e seus recursos naturais, as famílias continuam acampadas até que finalize a negociação envolvendo o Ministério Público Estadual e a PLANTAR.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 177/ 2014

Brasília, 03 de outubro de 2014.

Para fortalecer a luta e a organização, estas famílias contam com o apoio e a solidariedade de muitas organizações e pessoas que hoje estão preocupadas com a seca do rio São Francisco. Pois o rio São Francisco começa a secar é com a degradação das nascentes, veredas e os pequenos córregos que o alimentam. E o que as famílias do Acampamento Geraizeiro do Alegre querem é poder retomar o modo tradicional de viver juntamente com a recuperação dos cerrados e veredas que sustentam o rio São Francisco.

Manga, 03 de Outubro de 2014.

—

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Carlos Alberto Dayrell.



CPT de Sobral participou do 15º Encontro Estadual das Comunidades Rurais Quilombolas do Ceará

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 03.10.2014

Comissão Pastoral da Terra* – A Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Sobral, no Ceará, participou nos dias 19, 20 e 21 de setembro do 15º Encontro Estadual das Comunidades Rurais Quilombolas do Ceará, realizado na Comunidade Remanescente de Quilombo de Nazaré, em Itapipoca. O principal objetivo do encontro foi o fortalecimento na luta pelos direitos na afirmação da identidade dessas comunidades.

A equipe da CPT de Sobral que participou do encontro firmou a prioridade de trabalho pastoral e profético na defesa da Terra e dos Territórios. A troca de experiência e intercâmbio com outras comunidades em processo de reconhecimento e outras já reconhecidas colaboraram para o fortalecimento da organização das comunidades, como a do Batoque, em Pacujá que luta cada vez mais por direito e dignidade.

Também participaram do evento representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria Especial da Igualdade Racial da Presidência da República, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do Distrito de Arapari, em Itapipoca, Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário/CE, Coordenação Regional das Comunidades Quilombolas do Ceará (CERQUICE) entre outros órgãos que lutam pelas comunidades quilombolas do Ceará.

Entre os temas e pautas abordados no encontro estão: o acesso ao Selo Quilombola, Declaração de Aptidão Jurídica (DAP), formações do Projeto São José III, encaminhamentos e avaliação para organização interna da CERQUICE com a escolha de representantes para o Conselho Regional da Igualdade Racial do Ceará, Conselho Nacional da Igualdade Racial, Conselho do Desenvolvimento Agrário do Ceará, escolha e definição da comunidade que deverá receber o próximo encontro estadual das comunidades quilombolas do Ceará.

O encontro foi uma experiência para aproximar a CPT Ceará com a articulação e organização das Comunidades Quilombolas do Ceará, que também estão na luta em defesa da terra e dos territórios, na busca de uma sociedade mais justa e igualitária, capaz de dialogar para além de concepções religiosas, políticas, mas sabendo que as lutas na defesa da terra, dos territórios indígenas, quilombolas, de pescadores artesanais, da dignidade humana devem ser uma agenda de todos que acreditam em um mundo de igualdade e liberdade.

*Texto enviado por Chiquinho Silva, agente da CPT Diocesana de Sobral.



Índio é Nós e as eleições de 2014

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 03.10.2014

índio e tela urnaÍndio é Nós

“Vote na floresta, não vote em motosserra”. Os direitos dos povos indígenas sofrem hoje ataque dos três Poderes institucionais. Diante da ameaça de retrocesso constitucional por meio dos projetos de eliminação dos direitos desses povos, é importante, especialmente, que se eleja um Congresso Nacional que lute contra a grilagem, a devastação ambiental, o etnocídio e o genocídio. Também se faz necessária a eleição de candidatos indígenas. Atualmente, não há nenhum congressista indígena no Brasil, e esse quadro precisa ser mudado.

O Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos) analisou a sub-representação de negros, indígenas e mulheres entre os candidatos às eleições de 2014.

O estudo, que pode ser baixado nesta [ligação](#), mostra que a maior parte dos Estados simplesmente não apresenta candidatos indígenas, embora estes povos estejam presentes em todo o país.

Destacamos ao lado uma das tabelas feitas pelo Inesc. Nela, pode-se ver a distribuição por gênero e Estado da federação.

Essas candidaturas estão concentradas em apenas três partidos, o PT, o PSOL e o PCdoB.

O CIMI (Conselho Indigenista Missionário) elaborou uma interessante cartilha para as eleições de 2014.

Além de ressaltar os direitos políticos dos povos indígenas, a cartilha lembrou de Mário Juruna, o primeiro índio a ser eleito deputado federal, e indicou quais são os prefeitos indígenas de hoje.

O CIMI não fez indicações de voto. A República dos Ruralistas traz uma lista dos políticos que não devem ser escolhidos por quem deseja defender os povos indígenas e o meio ambiente.

Tais políticos sabem muito bem aliar-se, como demonstra este curto vídeo. Por isso, Índio é Nós, que é uma campanha não partidária e não institucional, achou interessante fazer algumas sugestões de voto.

Em primeiro lugar, chamamos atenção para os candidatos indígenas. Ricardo Verдум, do Inesc, fez esta relação, que pode ser baixada nesta [ligação](#). Nela, há nomes de conhecidas lideranças como o Cacique Ladio Veron, candidato a deputado federal pelo PSOL do Mato Grosso do Sul (5000).

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 177/ 2014

Brasília, 03 de outubro de 2014.

Há também candidaturas de não índios que estão engajadas em prol dos direitos e terras indígenas. Lembramos de algumas delas:

Amapá: candidata a deputado federal: Janete Capiberibe (PSB, 4040).

Ceará: candidata a deputado federal: Soraya Tupinambá (PSOL, 5030).

Distrito Federal: candidatos a deputado federal: André Lima (PDT, 1234), Erika Kokay (PT, 1331).

Maranhão: candidato a deputado federal: Dutra (SDD, 7713).

Rio de Janeiro: candidatos a deputado federal: Chico Alencar (PSOL, 5050), Jean Wyllys (PSOL, 5005).

São Paulo: candidatos a deputado federal: Adriano Diogo (PT, 1368); Ivan Valente (PSOL, 5050); Luiza Erundina (PSB, 4021).